



DECLARAÇÃO MUNICIPAL DE ATUAÇÃO EMERGENCIAL - DMATE

Município:	UF:		
1. Caracterização de Situação de Emergência ou Calamidade Pública:	SIM	NÃO	
A magnitude do evento superou a capacidade de gestão do desastre pelo poder público municipal			
Os danos e prejuízos comprometeram a capacidade de resposta do poder público municipal ficou e está			
Os prejuízos econômicos públicos foram causados por esse desastre			
Os prejuízos econômicos públicos desse desastre foram separados dos privados			
Informe, resumidamente, esses danos e prejuízos:			
2. Informações Relevantes sobre o desastre			
HISTÓRICO DE DESASTRE	SIM	NÃO	
Este tipo de evento já ocorreu anteriormente			
Este tipo de evento ocorre anual e repetidamente			
Se este tipo de desastre ocorre repetida e/ou anualmente cite as ações preventivas e explique porque ainda exige ação emergencial			
3. Informações sobre capacidade gerencial do Município			
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO/TÁTICO/OPERACIONAL MUNICIPAL	SIM	NÃO	
Já foi efetuado o mapeamento das áreas de risco neste Município			
O município possui COMDEC ou órgão correspondente			
Existe Plano de Contingência para o tipo de desastre ocorrido			
Foram realizados simulados de evacuação da população nas áreas de risco do município			
Esse desastre foi previsto e tem recurso orçamentário na LOA atual			
Existe um programa/projeto para enfrentamento desse problema com inclusão no PPA			
Órgãos e Instituições Estaduais apoiam a Defesa Civil Municipal			
Informe as dificuldades do município para a gestão do desastre			
4. Medidas e Ações em curso: Indicar as medidas e ações de socorro, assistência e de reabilitação do cenário adotadas pelo Estado.			
4.1 Mobilização e Emprego de Recursos Humanos e Institucionais			
Indicar o emprego com: “S” para SIM, “N” para NÃO. Marcar “NA” com um “X” caso necessite apoio.			
PESSOAL / EQUIPES EMPREGADAS	S/N	NA	QUANT.
Apoio a Saúde e Saúde Pública			
Avaliação de Danos			
Reabilitação de Cenários (obras públicas e serviços gerais)			
assistência médica			
Busca, resgate e salvamento			
Segurança pública			
Ajuda humanitária			
promoção, assistência e comunicação social			
outros			
Descrever outros e/ou detalhar, quando for o caso, o pessoal e equipes já empregados ou mobilizados.			

4.2 MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS MATERIAIS:

Indicar o emprego com: “S” para SIM, “N” para NÃO. Marcar “NA” com um “X” caso necessite apoio.

MATERIAL / EQUIPAMENTO EMPREGADO	S/N	NA	QUANT.
Helicópteros, Barcos, Veículos, Ambulâncias, Outros meios de transporte			
Equipamentos e Máquinas			
Água Potável/ Alimentos/Medicamentos			
Material de Uso pessoal (asseio e higiene, utensílios domésticos, vestuário, calçados,etc)			
Material de Limpeza, desinfecção, Desinfestação e Controle de Pragas e Vetores			
Outros			

*Descrever e/ou detalhar, quando for o caso, os materiais e equipamentos já empregados ou providenciados.***4.3. MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS FINANCEIROS**

Indicar o emprego com: “S” para SIM, “N” para NÃO. Marcar “NA” com um “X” caso necessite apoio.

VALOR FINANCEIRO EMPREGADO	S/N	NA	VALOR (R\$)
oriundos de Fonte Orçamentária Municipal			
oriundos de Fonte Extra-ornamentaria Municipal			
oriundos de Doações: Pessoas Físicas, Pessoas Jurídicas, ONG			
oriundos de Outras fontes			

Descrever e/ou detalhar**5. INFORMAÇÕES PARA CONTATO**

Órgão municipal de Proteção e Defesa Civil:

Telefone: ()

Celular: ()

Fax: ()

E-mail:

Local e Data : _____, _____ de _____ de 20__

Decreto Municipal no. XX/20XX

Cria a Comissão de Defesa Civil, nos termos da Lei 12.608/12, com atuação no enfrentamento dos desastres decorrentes das fortes chuvas ocorrentes no mês de maio de 2023 no município e Região.

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições previstas na lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO as fortes chuvas que se abatem no município e na Região desde meados do mês de dezembro, causando fortes impactos em toda a infraestrutura Urbana;

CONSIDERANDO os impactos das chuvas sobre a população, diante da destruição de bens de particulares e danos a toda a sociedade;

CONSIDERANDO os riscos ainda existentes de continuação das chuvas, conforme previsão dos órgãos oficiais de previsão climática;

CONSIDERANDO a necessidade de integração no Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC,

DECRETA:

Art. 1º. Cica Criada a Comissão Provisória de Defesa Civil do Município, com atribuições previstas no o Art. 8º, XIII, da lei 12.608/12, composta dos seguintes membros:

- a) Fulano de tal;
- b) Sicrano de tal;
- c) Cristino de tal;

Parágrafo único – A presidência da Comissão caberá ao primeiro servidor.

Art. 2º. Os membros da Comissão terão todos os poderes necessários e previstos legalmente, exercendo inclusive poder de polícia no cumprimento de suas atividades.

Art. 3º. Caberá aos seguintes órgãos apoio a esta Comissão:

- a) Assessoria jurídica;
- b) Secretária de ação social
- c) Secretaria de saúde.

Este Decreto entra em vigor com a sua publicação.

Gabinete do Prefeito, de maio de 2023

Prefeito Municipal

SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – S I N D E C



Formulário de Informações do Desastre – FIDE

1 - Identificação

UF:

Município:

População (hab.):

PIB (R\$ anual):

Orçamento (R\$ anual):

Arrecadação
(R\$ anual):

Receita Corrente Líquida – RCL (R\$)

Total anual:

Média mensal:

2 - Tipificação

3 - Data de Ocorrência

COBRADE

Denominação (Tipo ou subtipo)

Dia

Mês

Ano

Horário

4 – Área Afetada/
Tipo de OcupaçãoNão existe/
Não afetada

Urbana

Rural

Urbana e
Rural

Residencial

Comercial

Industrial

Agrícola

Pecuária

Extrativismo Vegetal

Reserva Florestal ou APA

Mineração

Turismo e outras

Descrição das Áreas Afetadas (especificar se urbana e/ou rural)

5 – Causas e efeitos do Desastre - Descrição do Evento e suas Características

6. Danos Humanos, materiais ou Ambientais

6.1 - Danos Humanos	Tipo	Nº de pessoas
	Mortos	
	Feridos	
	Enfermos	
	Desabrigados	
	Desalojados	
	Desaparecidos	
	Outros	
	Total de afetados	

Descrição dos Danos Humanos:

6.2 – Danos Materiais	Tipo	Destruídas	Danificadas	valor
	Instalações públicas de saúde			
	Instalações públicas de Ensino			
	Instalações públicas prestadoras de outros serviços			
	Instalações públicas de uso Comunitário			
	Unidades habitacionais			
	Obras de infra-estrutura Pública			

Descrição dos Danos Materiais:

6.3 - Danos Ambientais	Tipo	População do município atingida
	Contaminação da água	() 0 a 5%
		() 5 a 10%
		() 10 a 20%
		() mais de 20%
Contaminação do Solo	() 0 a 5%	
	() 5 a 10%	
	() 10 a 20%	
	() mais de 20%	
Contaminação do Ar	() 0 a 5%	
	() 5 a 10%	
	() 10 a 20%	
	() mais de 20%	
Incêndio em Parques, APA's ou APP's	Área atingida	
	() 40%	
	() Mais de 40%	

Descrição dos Danos Ambientais:

7. Prejuízos Econômicos Públicos e Privados		
7.1 - Prejuízos Econômicos Públicos	Serviços essenciais prejudicados	Valor para restabelecimento
	Assistência médica, saúde pública e atendimento de emergências médicas	
	Abastecimento de água potável	
	Esgoto de águas pluviais e sistema de esgotos sanitários	
	Sistema de limpeza urbana e de recolhimento e destinação do lixo	
	Sistema de desinfestação e desinfecção do habitat e de controle de pragas e vetores	
	Geração e distribuição de energia elétrica	
	Telecomunicações	
	Transportes locais, regionais e de longo curso	
	Distribuição de combustíveis, especialmente os de uso doméstico	
	Segurança pública	
	Ensino	
	Valor total dos prejuízos Públicos	
Descrição dos Prejuízos Econômicos Públicos:		

7.2 - Prejuízos Econômicos Privados	Setores da Economia	Valor
	Agricultura	
	Pecuária	
	Indústria	
	Comércio	
	Serviços	
	Valor total dos prejuízos privados	
Descrição dos Prejuízos Econômicos Privados:		

8 - Instituição Informante						
Nome da Instituição:			Responsável:			
Endereço:						
CEP:						
e-mail:						
Cargo	Assinatura e Carimbo	Telefone ()	Dia	Mês	Ano	

9 - Instituições Informadas	SIM	NÃO
Órgão Estadual de Proteção e Defesa Civil		
Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEPDEC		
SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SEDEC Esplanada dos Ministérios - Bloco "E" - 7º Andar - Brasília/DF CEP: 70067-901 e-mail: reconhecimentofederal@gmail.com	Telefone - (061) 3414-5869 (061) 3414-5511 Telefax - (061) 3414-5512	

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE _____

DECRETO Nº _____, DE ____ DE _____ DE XXXX

Declara Situação de Emergência no município em virtude de deslizamentos, inundações, enxurradas e alagamentos ocasionados por precipitação pluviométrica, conforme IN/MDR Nº 36/2020.

O Prefeito do Município de _____, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e considerando:

- I – as fortes e constantes chuvas que vem assolando o município desde o dia/XX/20XX;
- II – o grande volume de água que atingiu o Município, causando deslizamentos, inundações, enxurradas e alagamentos que ocasionaram danos materiais em residências, vias públicas, pontes e equipamentos públicos diversos;
- III – as diversas ocorrências de deslizamento de terra, inundações e alagamentos que afetaram a capacidade de reposta do Poder Público Municipal, dificultando a identificação precisa da intensidade destes desastres;
- IV – que em decorrência dos danos humanos, ambientais e materiais causados pelo evento, diversos são os prejuízos, com indiscutível lesão ao patrimônio público e particular;
- V – que o parecer da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de situação de emergência,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência no município, afetado por deslizamentos, inundações, enxurradas e alagamentos, conforme descrição contida

no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como XXXXXXXX - 000000, conforme IN/MDR nº 36/2020, de 04 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da coordenadoria municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autorizam-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo

máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedados a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto tem validade por 180 (cento e oitenta dias) e entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, ... de XXXX de 20XX

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL [Inserir o nome do Município]

[Inserir endereço com CEP]

[Inserir números de telefone e e-mail]

Ofício nº. [Inserir o número do ofício]

[Inserir local], [Inserir dia] de [Inserir mês] de [Inserir ano].

Ao Senhor

[Inserir o nome do Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil]

Secretário Nacional de Defesa Civil

Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 7º Andar – Brasília-DF

CEP: 70067-901

Telefone: (61) 2034-5869

Assunto: Portaria nº 526, de 06 de setembro de 2012, referente ao cadastramento de usuários no S2ID.

Senhor Secretário Nacional,

1. Por meio da Portaria nº 526, de 06 de setembro de 2012, foi estabelecido que as solicitações de reconhecimento de situação de emergência ou estado de calamidade pública serão feitas por meio do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID.

2. Com base no Art. 6º, a legitimidade do acesso ao S2ID deverá ser garantida por meio do cadastramento individual dos usuários no Sistema.

3. Assim, cumprindo o que se pede no §1º, do Art. 6º, informo abaixo os dados do (s) seguinte (s) servidor (s) responsável (eis) pela inserção de informações no Sistema referente a este Município:

Nome completo: CPF: E-mail: (para cada cadastrado usar um e-mail individual) Telefone institucional: Nº de celular: Nome do Órgão de Defesa Civil: Endereço do Órgão de Defesa Civil:

Nome completo: CPF: E-mail: (para cada cadastrado usar um e-mail individual) Telefone institucional: Nº de celular: Nome do Órgão de Defesa Civil: Endereço do Órgão de Defesa Civil:

Atenciosamente,

[Inserir o nome do Prefeito (a) ou o nome do Coordenador (a) Municipal de Proteção e Defesa Civil]

Prefeito (a) Municipal / Coordenador (a) Municipal de Proteção e Defesa Civil

Ofício nº. xxxxxxxx

xxxxxxx -BA, XX de XX de 20xx.

A Vossa Excelência o Senhor

Wolnei Wolf Barreiros
Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 7º Andar – Brasília-DF
CEP: 70067-901
Telefone: (61) 2034-5869

Assunto: Solicitação de devolução do processo nº xxxxxxxxx, Protocolo vinculado: xxxxxxxxx, reconsideração de solicitação de reconhecimento federal de Situação de Emergência do município de xxxxxxxxx.

Senhor Secretário,

1. Amparado pelo Art. 11. O ente federado que discordar do indeferimento do pedido de reconhecimento poderá apresentar recurso administrativo à autoridade que proferiu a decisão, por meio do S2ID, no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento da notificação oficial.

2. Requeremos de Vossa Excelência reconsideração na solicitação de reconhecimento federal de Situação de Emergência do Município **xxxxxxx - Bahia**, conforme passamos a relatar:

3. Seja devolvido para o município, visando corrigir divergências no que tange: relatório/ laudo técnico para comprovação do exaurimento hídrico causado pelo evento adverso.

Respeitosamente,

xxxxxxxxxxx
Prefeito Municipal

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE _____

COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
- COMPDEC
PARECER TÉCNICO Nº ___/20XX

Interessado: Prefeitura Municipal de _____

Assunto: Decretação e reconhecimento de Situação de Emergência

Referencia: Decreto Municipal nº ___ de ___ de ___ 20XX

Desastre: Estiagem – 1.4.1.1.0, conforme IN/ MDR nº 36/2020

DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Consoante preceitua a Instrução Normativa nº 36/2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional, a Situação de Emergência ou o Estado de Calamidade Pública serão declarados mediante decreto do Prefeito Municipal, do Governador do Estado ou do Governador do Distrito Federal.

A decretação se dará quando caracterizado o desastre e for necessário estabelecer uma situação jurídica especial que permita o atendimento às necessidades temporárias de excepcional interesse público, voltadas à resposta aos desastres, à reabilitação do cenário e à reconstrução das áreas atingidas.

Nos casos em que o desastre se restringir à área do DF ou do Município, o Governador do Distrito Federal ou o Prefeito Municipal decretará a Situação de Emergência ou o Estado de Calamidade Pública, remetendo os documentos à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, para análise e reconhecimento, caso necessitem de ajuda Federal.

O reconhecimento da Situação de Emergência ou o Estado de Calamidade Pública pelo Poder Executivo Federal dar-se-á mediante requerimento do Poder Executivo do Estado, do Distrito Federal ou do Município afetado pelo desastre.

O requerimento, para fins de reconhecimento da Situação de Emergência ou o Estado de Calamidade Pública, deverá ser acompanhado de parecer do órgão Municipal,

Distrital ou Estadual de Proteção e Defesa Civil, fundamentando a decretação e a necessidade de reconhecimento federal.

DA ANÁLISE

A presente documentação foi analisada com base nos critérios definidos na IN/MDR nº 36/2020. Após a leitura constatou-se que:

1. A documentação obrigatória constante do § 1º do artigo 6º da IN/MDR nº 36/2020 foi preenchida e contém as informações necessárias para a análise técnica.

2. Os danos informados no Formulário de Informações do Desastre - FIDE são relativos ao fenômeno causador do desastre e se enquadram nos critérios mínimos estabelecidos nos parágrafos 1º a 5º do artigo 3º da IN/MDR nº 36/2020.

3. Os prejuízos econômicos privados informados no Formulário de Informações do Desastre - FIDE são relativos ao fenômeno causador do desastre e se enquadram nos critérios mínimos estabelecidos nos parágrafos 1º a 5º do artigo 3º da IN/MDR nº 36/2020.

4. Os danos e prejuízos decorrentes do evento adverso implicaram no comprometimento da capacidade de resposta econômica e administrativa do poder público municipal.

5. O prazo para envio da documentação solicitando o reconhecimento, estabelecido no § 2º do artigo 6º da IN/MDR nº 36/2020 pode ser cumprido.

DA CONCLUSÃO

Com base na avaliação criteriosa das informações apresentadas nos documentos, conclui-se que os requisitos estabelecidos na IN/MDR nº 36/2020 para a decretação e para a solicitação de reconhecimento federal foram cumpridos.

Desta forma, sugere-se a remessa da documentação ao Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil para fins de reconhecimento da Situação de Emergência declarada no município.

É o parecer.

(município)/BA, ____ de _____ de 20 ____.

XXXXXXXXXX
Coordenador(a) Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC

PREFEITURA MUNICIPAL DE [Inserir o nome do município]
[Inserir endereço com CEP]
[Inserir números de telefone e o e-mail]

Ofício nº [Inserir o número do ofício]

[Inserir local], [Inserir dia] de [Inserir mês] de [Inserir ano].

A Vossa Excelência o Senhor
Wolnei Wolf Barreiros
Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 7º Andar – Brasília-DF
CEP: 70067-901
Telefone: (61) 2034-5869

Assunto: **Solicitação de exclusão de registro do S2ID.**

Senhor Secretário,

1. Por meio do Protocolo nº [Inserir o número do Protocolo do S2ID], o município de [Inserir o nome e a UF do município] realizou equivocadamente o registro de uma ocorrência de desastre.
2. Declaro que estou ciente que a exclusão do registro não terá como ser desfeita e não eximirá o usuário municipal que fez o registro de qualquer responsabilidade que o registro tenha gerado.
3. Assim, solicito a exclusão do registro conforme número de protocolo citado anteriormente.

Atenciosamente,

[Inserir o nome do (a) Prefeito (a) /Assinatura]
Prefeito (a) Municipal

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE _____

Ofício nº _____/20 _____

(município)/BA, ____ de _____ de 20 ____.

À Vossa Excelência Senhor
Heber Santana
Diretor Superintendente de Proteção e Defesa Civil

Assunto: Solicitação de homologação estadual de situação de emergência

Senhor Superintendente,

1. Por meio do Decreto Municipal nº _____, de ____ de _____ de _____, o Chefe do Executivo Municipal declarou Situação de Emergências em áreas do município de _____/BA discriminadas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE.

2. Com base nas informações constantes no sistema S2ID e atendendo ao que preceitua os incisos I a III do § 1º do artigo 6º da Instrução Normativa nº 36/2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional, solicita-se **ahomologação estadual** da situação de anormalidade declarada.

Em atenção ainda aos que determina o § 1º do Art. 6º da IN nº 36/2020, cabe explicar as razões pelas quais requer aHomologação:

a) Os danos e prejuízos decorrentes do evento adverso implicaram no comprometimento da capacidade de resposta econômica e administrativa do poder público municipal, o que implica na necessidade de auxílio financeiro complementar por parte do Governo Federal para as ações de resposta no atendimento à população afetada.

Atenciosamente.

XXXXXXXXX
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE _____

Ofício nº _____/20 _____

(município)/BA, ___ de _____ de 20__.

À Vossa Excelência Senhor
Wolnei Wolff Barreiros
Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil

Assunto: Solicitação de reconhecimento federal de Situação de Emergência

Senhor Secretário,

1. Por meio do Decreto Municipal nº _____, de ___ de _____ de _____, o Chefe do Executivo Municipal declarou Situação de Emergência nas áreas do município de _____/BA discriminadas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE.

2. Com base nas informações constantes no sistema S2ID e atendendo ao que preceitua os incisos I a III do § 1º do artigo 6º da Instrução Normativa nº 36/2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional, solicita-se o reconhecimento federal da situação de anormalidade declarada.

Em atenção ainda aos que determina o § 1º do Art. 6º da IN nº 36/2020, cabe explicar as razões pelas quais requer o Reconhecimento:

a) Os danos e prejuízos decorrentes do evento adverso implicaram no comprometimento da capacidade de resposta econômica e administrativa do poder público municipal, o que implica na necessidade de auxílio financeiro complementar por parte do Governo Federal para as ações de resposta no atendimento à população afetada.

Atenciosamente.

XXXXXXXXX
PREFEITO MUNICIPAL

NOTA IINFORMATIVA

Assunto: passo a passo para a decretação de situação de emergência.

COMO SOLICITAR DECRETO DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA:

- Acessar e preencher correto do Sistema Integrado de Informações Sobre Desastres - S2ID (<https://s2id.mi.gov.br/>)

Após a HOMOLOGAÇÃO ESTADUAL (ocorrer em no máximo 10 dias (conforme IN/MDR Nº 36/2020 para publicação no Diário Oficial do Estado – DOE e posterior envio para RECONHECIMENTO FEDERAL

Quando tiver acesso ao sistema, siga esse passo a passo conforme demonstrado abaixo:

1. Acessar o S2ID, inserir o Usuário e Senha e clicar em “Entrar”;
2. Conferir os dados cadastrados e clicar em “Avançar”;
3. Clicar no botão “Registro e Reconhecimento”;
4. Clicar no botão “Novo Registro”;
5. Logo após, será aberta a página do Formulário de Informações do Desastre (FIDE), o qual deverá ser preenchido completamente, conforme orientações abaixo:

A. ITEM 1 – IDENTIFICAÇÃO

- População, que já vem preenchida automaticamente, de acordo com censo do IBGE
- PIB (Produto Interno Bruto) – registrar o valor, em R\$, apurado no ano anterior.
- Orçamento – registrar o Orçamento Municipal, valor em R\$.
- Arrecadação anual – registre o valor, em R\$, da Arrecadação Anual, apurada no ano anterior.



- RCL (Receita Corrente Líquida) – registrar o valor em R\$ anual ou mensal e o sistema calculará automaticamente o valor mensal e anual.

B. ITEM 4 – ÁREA AFETADA – É O CAMPO DESTINADO PARA INFORMAR QUAIS ÁREAS DO MUNICÍPIO FORAM AFETADAS. ESSE CAMPO É DIVIDIDO EM TRÊS PARTES:

4.1 - Área afetada/Tipo de ocupação – você deve selecionar se as áreas, residencial, comercial, industrial, agrícola, pecuária que foram afetadas nas áreas urbana, rural ou ambas ou ainda não existem ou não foram afetadas;

4.2 - Seleção das áreas afetadas – a seleção é realizada diretamente no mapa do município clicando com o botão esquerdo do mouse, onde cada área que pode ser selecionada corresponde aos setores censitários definidos pelo IBGE. Para selecionar vários setores, você deverá acionar e segurar a tecla “Ctrl”. Evite selecionar a totalidade do município, apontando apenas às áreas que efetivamente sofreram danos e prejuízos;

4.3 – Descrição das Áreas Afetadas – é importante a descrição mais específica do que foi afetado na área selecionada, por exemplo, o nome da rua, bairro, a região mais afetada. Evite colocar a expressão “toda a área urbana e rural do município”, pois a própria seleção dos itens anteriores já indica as áreas afetadas das zonas urbana e rural.

C. ITEM 5 - CAUSAS E EFEITOS DO DESASTRE (Descrever o evento que causou o desastre e suas características e efeitos);

D. ITEM 6 – DANOS HUMANOS, MATERIAIS OU AMBIENTAIS

ITEM 6.1 – DANOS HUMANOS (Inserir a quantidade de pessoas que foram afetadas pelo desastre de acordo com o relatório emitido pela Secretaria Municipal de Assistência Social)



ITEM 6.1.1 – DESCRIÇÃO (Descrever como as pessoas foram afetadas e Inserir o quantitativo de pessoas que foram desalojadas, desabrigadas e Outros Afetados (aquelas que foram afetadas pelo desastre, porém não saíram de suas residências durante o desastre)

E. ITEM 6.2 – DANOS MATERIAIS (Ex: Unidades habitacionais, Obras de infraestrutura pública

ITEM 6.2.1 – DESCRIÇÃO

F. ITEM 6.3 DANOS AMBIENTAIS (o dano deve estar de acordo com o tipo de desastre

ITEM 6.3.1 – DESCRIÇÃO (descrever informações sobre a ocorrência das chuvas, porcentagem de pessoas afetadas, número de comunidades atingidas, dentre outras informações)

G. ITEM 7.0 – PREJUÍZOS ECONÔMICOS PÚBLICOS E PRIVADOS

ITEM 7.1 - PREJUÍZOS ECONÔMICOS PÚBLICOS (informar o quantitativo de acordo com as ações realizadas pela prefeitura para minimizar os danos)

ITEM 7.1.1 – DESCRIÇÃO (Registrar os prejuízos relacionados ao desastre ocorrido no município. Ex: Esgoto de águas pluviais e sistema de esgotos sanitários, Sistema de limpeza urbana e de recolhimento e destinação do lixo)

ITEM 7.2 - PREJUÍZOS ECONÔMICOS PRIVADOS (Ex: Comércio e Serviços)

ITEM 7.2.1 – DESCRIÇÃO (Registrar os prejuízos conforme relatório técnico da BAHIATER e ou Secretaria Municipal de Agricultura

H. Preenchido o FIDE, clicar em “Salvar Registro”.

6. Clicar na aba “DMATE” e preencher completamente o formulário;

- Após salvar as informações preenchidas na DMATE, clicar na aba “Relatório Fotográfico”.

7. Clicar na aba RELATÓRIO FOTOGRÁFICO e inserir fotografias relacionadas ao evento. Descrever o local onde foi tirada a fotografia, os danos e prejuízos causados e selecionar no mapa o local onde foi tirada a fotografia,



EX: (casas danificadas ou destruídas; pontes, bueiros ou pavimentação de ruas danificadas ou destruídas; estradas danificadas; obras de infraestrutura pública no geral) ;

8. Concluído o relatório fotográfico, clicar na aba “Anexos” para inserir os documentos devidamente assinados:

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS EXIGIDOS PARA DECRETAÇÃO DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E INSERÇÃO NO SISTEMA

a) Decreto Municipal de Situação de Emergência; *(confeccionar o Decreto de acordo com o desastre ocorrido) *

Tipos de Desastres e codificações:

HIDROLÓGICOS

1.2.1.0.0 Inundações

1.2.2.0.0 Enxurradas

1.2.3.0.0 Alagamentos

TEMPESTADE CONVECTIVA

1.3.2.1.4 Chuvas Intensas (quando o município for atingido por todos os desastres acima relacionados de uma única vez)

- b) Parecer Técnico da Defesa Civil Municipal – COMPDEC;
- c) Ofício de solicitação de homologação estadual de Situação de Emergência;
- d) Ofício de solicitação de reconhecimento federal de Situação de Emergência;
- e) Relatório Técnico da Secretaria Municipal de Assistência Social, comprovando a quantidade de pessoas afetadas pelas chuvas;



- f) Relatório Técnico da Secretaria Municipal responsável pela infraestrutura, comprovando os danos materiais causados pelas chuvas;
- g) Para os prejuízos públicos: Declaração da Secretaria de Infraestrutura (ou do órgão responsável pela contratação de obra, material ou serviço), comprovando os gastos realizados para o restabelecimento de drenagem de águas pluviais, esgotamento sanitário, limpeza urbana, destinação do lixo, dentre outros;
- h) Para os prejuízos Privados: Declaração da secretaria responsável ou órgãos afins;
- i) Após inserir os documentos, clicar em “Enviar para homologação estadual.

A Coordenação Jurídica está à disposição para auxiliá-los nos telefones:

Tel: 3115-5923/5924/5925

Fonte: Superintendência de Proteção e Defesa Civil.



Solicitação de Reconhecimento Federal

Como solicitar o Reconhecimento Federal

Publicado em 11/08/2020 16h33 Atualizado em 01/10/2021 08h09

O QUE É O RECONHECIMENTO FEDERAL E PARA QUE SERVE?



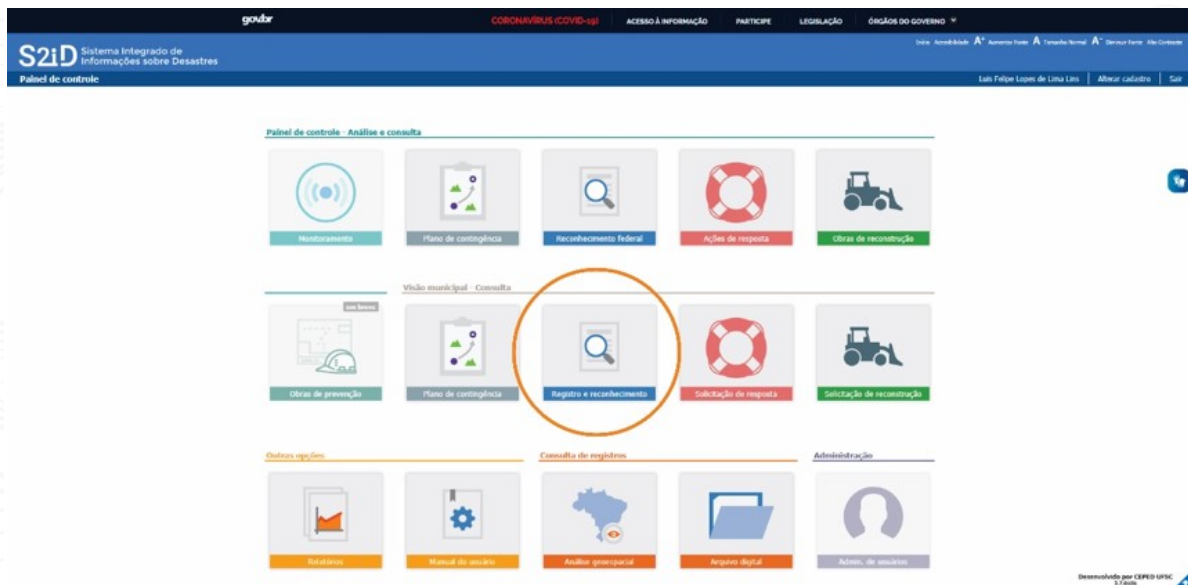
O reconhecimento federal da Situação de Emergência (SE) ou Estado de Calamidade Pública (ECP), decretada pelo município, Distrito Federal ou estado em decorrência de desastre se dá por meio de Portaria, publicada no D.O.U, e possibilita o acesso a recursos federais complementares para a execução de ações de resposta e reconstrução.

Mesmo que o apoio federal não seja necessário, para fins de cadastro e histórico, faça o registro do desastre no S2iD.

COMO SOLICITAR O RECONHECIMENTO FEDERAL?

Se o Estado ou Município estiver em Situação de Emergência (SE) ou Estado de Calamidade Pública (ECP) decretada pelo governador/prefeito acesse o Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2iD.

Já no S2iD, clique em **registro e reconhecimento** e em seguida em **novo registro**.



Preencha o Formulário de Informações de Desastres (FIDE) observando a classificação COBRADE e a data do desastre que não poderão ser alteradas. É importante lembrar que em processos já reconhecidos o FIDE não pode ser alterado, então muita atenção no seu preenchimento!

Preencha também a Declaração Municipal ou Estadual de Atuação Emergencial (DMATE ou DEATE) e faça o Relatório Fotográfico com imagens claras dos danos, durante e após o desastre, legendadas, datadas e georreferenciadas.

Anexe o Decreto do Poder Executivo que declara SE ou ECP, o Ofício requerendo o reconhecimento federal com as razões para a solicitação e os relatórios/laudos que comprovem os danos e prejuízos descritos no FIDE e na DMATE/DEATE. Estes documentos devem ser objetivos e estarem datados e devidamente assinados. A classificação do tipo do desastre deve ser a mesma em todos os documentos.

Atente-se aos requisitos da Instrução Normativa nº 36, de 4 de dezembro de 2020 para a classificação correta da SE ou ECP. Quando necessário, o processo poderá ser devolvido para ajustes ou complementos e o não atendimento no prazo estipulado pode possibilitar o indeferimento do pedido.

Envie o processo para Reconhecimento Federal clicando na opção **Enviar para Reconhecimento** na aba **Anexos**

Pronto! Seu processo foi enviado e já está em análise. Acompanhe a situação pelo S2iD.

Outros documentos: Modelo de Ofício para Exclusão de Protocolo e Modelo de Parecer Técnico



[timbre]
[órgão proponente]
[endereço com CEP]
[números de telefone/fax e e-mail]

Ofício nº [00/ano/sigla da área/órgão]

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Ao Senhor

[Nome do Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil]

Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil

[Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 7º andar, Sala 704](#)

CEP: 70.067-901 – Brasília/DF

Assunto: **Solicitação de Reconhecimento Federal.**

Senhor Secretário Nacional,

1. [Introdução], com fulcro na Instrução Normativa nº 36 de 04 de dezembro de 2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional, participo a ocorrência de situação de anormalidade por desastre, registrada no sistema S2iD, em resumo:

UF:	Município:
Desastre: [classificação conforme decretação e FIDE]	Data do desastre: [00/00/0000]
Decreto [nº e data]	Publicação do decreto: [Diário Oficial Municipal/Estadual nº e data]
Situação de Anormalidade: [situação de emergência ou estado de calamidade pública]	Protocolo S2iD: [UF-F-0000000-00000-00000000]

2. Tendo em vista as informações apresentadas no Formulário de Informações do Desastre (FIDE) e demais documentos enviados por meio do protocolo S2iD supracitado, **solicita-se o reconhecimento federal da situação de anormalidade decretada devido à necessidade de apoio federal para [descrever sucintamente os benefícios federais a serem pleiteados e motivadores da necessidade do reconhecimento federal].**



3. Para todos os fins, e em conformidade com a legislação vigente, **declaro ciência e ratifico as informações contidas nos documentos e formulários eletrônicos contidos no Protocolo S2ID supracitado.**

Atenciosamente,

[Nome e assinatura]

Prefeito Municipal

Se pleito estadual:

[Nome e assinatura]

Governador ou Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil



MODELO – PARECER TÉCNICO / RECONHECIMENTO ESTADUAL

PREFEITURA MUNICIPAL [nome]

[ÓRGÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL]

[Endereço com CEP]

[Números de telefone e e-mail]

PARECER TÉCNICO Nº. [000/ANO]

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Assunto: [Decretação ou Reconhecimento estadual] de situação de anormalidade

I. INFORMAÇÕES GERAIS

O presente parecer versa sobre o **desastre e situação de anormalidade** abaixo resumida.

A. INFORMAÇÕES GERAIS			
UF:	Município(s):		
Decreto [Se já publicado: nº e data]	Publicação: [Diário Oficial Municipal/Estadual n. e data]		
CÓDIGO COBRADE:	TIPO:	DATA:	HORA:
CAUSAS E RECORRÊNCIA:			
Situação de Anormalidade: [SE/ECP]		Desastre Nível [I, II ou III]	
Protocolo de Registro no S2ID: [Se já registrado: UF-F-0000000-00000-00000000]			

II. EFEITOS DO DESASTRE

Em decorrência do levantamento de danos e prejuízos, seguem as principais informações dos efeitos **diretos** do desastre em tela.

B. DANOS HUMANOS:

[Breve descrição qualiquantitativa dos danos, conforme registrado no Decreto e FIDE, relacionando-os aos respectivos prejuízos]

C. DANOS MATERIAIS:



[Breve descrição quali quantitativa dos danos, conforme registrado no Decreto e FIDE, relacionando-os aos respectivos prejuízos]

D. DANOS AMBIENTAIS:

[Breve descrição quali quantitativa dos danos, conforme registrado no Decreto e FIDE, relacionando-os aos respectivos prejuízos]

III. AÇÕES DE RESPOSTA REALIZADAS

Com base no Plano de Contingência para o desastre em tela, as seguintes ações emergenciais foram executadas.

E. MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS HUMANOS E INSTITUCIONAIS:

[Breve descrição quali quantitativa dos recursos, conforme as informações gerais da atuação emergencial descrita no FIDE, relacionando-os aos recursos financeiros envolvidos]

F. MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS MATERIAIS:

[Breve descrição quali quantitativa dos recursos, conforme as informações gerais da atuação emergencial descrita no FIDE, relacionando-os aos recursos financeiros envolvidos]

IV. CONCLUSÃO

Diante do exposto, **conclui-se que a situação de anormalidade se apresenta fundamentada para fins de [decretação OU Reconhecimento estadual], conforme as normas vigentes.**

Em caso de necessidade de apoio complementar federal, o requerimento para o reconhecimento federal deve ser enviado à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, conforme os procedimentos e documentação previstos na **Instrução Normativa n. 36/2020.**

É o parecer.

[Local], [dia] de [mês] de [ano.]

[Assinatura]

[Nome]

[Coordenador (Estadual/Municipal) de Proteção e Defesa Civil]

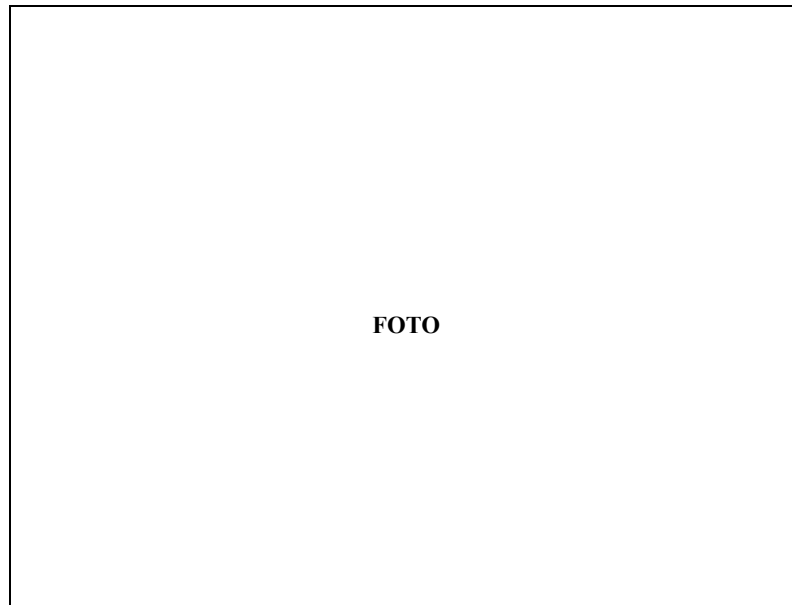


RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

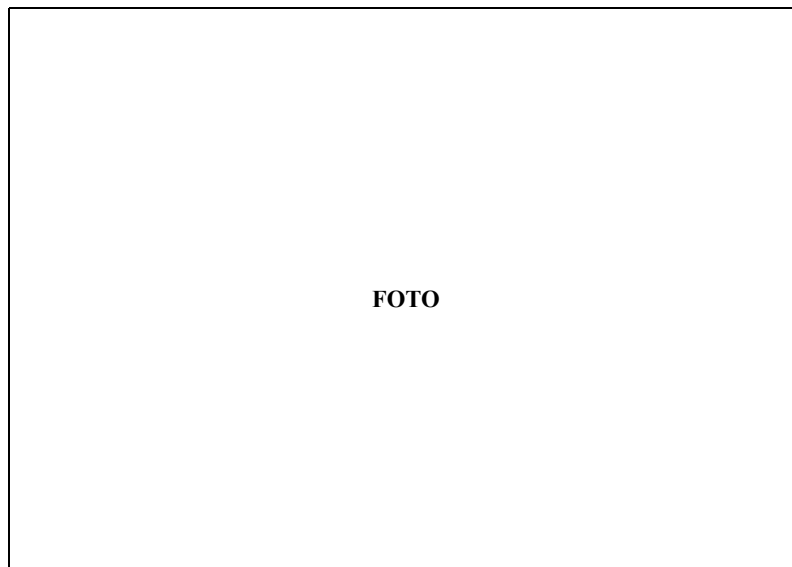
MUNICÍPIO:

DATA:

DESASTRE: (Conforme Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE)



LEGENDA: Pequena explanação sobre a foto, contendo localidade, data, fato observado.
(Coordenadas do GPS)



LEGENDA: Pequena explanação sobre a foto, contendo localidade, data, fato observado.
(Coordenadas do GPS)